



**MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA**

**ATA N. 21, DE 28.04.2017**

No dia 28 de Abril de 2017, pelas 20h 45m, nos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público.
2. Ata da reunião de 27.02.2017.
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
5. Prestação de Contas do Ano de 2016.
6. Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso – Listagem de Compromissos Plurianuais a 31 de Dezembro de 2016. Apreciação
7. Concurso Público Internacional para aquisição de Energia Elétrica em Regime Livre – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.
8. Intervenção do Público.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, Manuel António da Rocha Pereira, Giselda Martins Sousa Neves, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Fernando Rodrigues Alves, António da Silva Pinto, Abel Duarte Barbosa, Ângelo Soares Fernandes, Maria Celeste José dos Santos, Filipe Miguel Sousa Costa, Ricardo Jorge Martins Alves, Maria Alcina Gonçalves Correia, José Duarte Sousa Rocha; Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira, Tiago José Moreira da Rocha, Manuel da Costa Moreira da Rocha, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira, Maria Manuela de Sousa Moreira, José Manuel Fernandes Moreira em representação do Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, António Filipe Moura Fernandes, Joaquim Luís Vieira Martins Vítor Manuel Quintas Pinho, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca, e Afonso Fernandes Mendes em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores, José Manuel Moreira Carvalho, António Rodrigues, e Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva, Cláudia Vanessa Silva Rodrigues Pereira.

Presidiu António Gouveia Coelho, assessorada por Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagree José Vieira Gonçalves como 1<sup>a</sup>.e 2<sup>o</sup>. Secretários, respetivamente.

Pediram a suspensão de mandato os Membros:a) José António da Costa Moreira da Rocha; b); Ricardo da Costa Moreira; c) Cátia Cristina Gomes Rodrigues; d) António Pedro Maldonado Martins Carvalho;

A AM nada opôs às requeridas suspensões, aceitando que em vez daqueles, participassem na reunião os respetivos substitutos, ou seja: a) Filipe Miguel Sousa Costa, b) Tiago José Moreira da Rocha; c) Maria Celeste José dos Santos; d)Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira;

Faltou o Membro José Manuel Lopes Almeida.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 20.45h.

### **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

Não houve intervenções.

### **2. ATA DA REUNIÃO DE 27.02.2017.**

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 27.02.2017.

Colocada à votação, a AM deliberou por unanimidade dos membros presentes na respetiva sessão, aprovar a referida ata.

Verificou-se a presença dos Membros, Fátima Strecht, Joselina Casaca e Maria Manuela.

### **3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).**

Alcina Correia referiu que propunha um voto de reconhecimento quer ao Executivo do Agrupamento quer à Professora Aurora Monteiro pela atividade desenvolvida na Semana da Leitura que, na sua opinião, este ano foi de extrema qualidade e foi aberta a toda a comunidade. Era um voto de reconhecimento ao trabalho desenvolvido na Semana da Leitura. Os Srs. Presidentes da CM e da AM estiveram presentes e testemunharam o trabalho desenvolvido com a prata da casa, com escritores de Castelo de Paiva e com um tema muito próprio que era os Lusíadas, tão portugueses.

Ângelo Fernandes questionou o porquê do abate de árvores no Choupal. Não sabia se eram os proprietários, mas gostava de saber se havia autorização de alguém para fazer aquele abate.

Almiro Moreira referiu que louvava a iniciativa das cerimónias do 25 de Abril. Vinha pela quarta vez solicitar ao Sr. Presidente da CM que lhe fossem fornecidas cópias dos requerimentos e dos despachos à ocupação de lugares



**MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

privativos de estacionamento a que se refere o artigo 12º do Regulamento da Postura de Trânsito da Vila de Sobrado. Sete meses depois do seu primeiro pedido ainda não tinha tido resposta. Esta demora permitia especular que não tinha recebido até à data nenhum pedido, senão já o tinha facultado. Na ausência da resposta, o mesmo era dizer que o Sr. Presidente da CM não estava a cumprir, nem estava a fazer cumprir o Regulamento que o Executivo propôs à AM e que foi aprovado há quase dois anos. Questionou o Sr. Presidente se lhe faltava a coragem para aplicar aquele Regulamento. Se faltava coragem para retirar os lugares à PT, à Srª. Juíza, aos funcionários judiciais. O presidente da CM tinha a obrigação de fazer cumprir o Regulamento e tinha a obrigação de ordenar a imediata remoção de todos os sinais de trânsito verticais que não estavam a cumprir o Regulamento que o Presidente da CM tinha apresentado e a AM aprovou.

Fernando Alves referiu que dava os parabéns ao Sr. Presidente da AM pela sessão solene do 25 de Abril. Foi uma sessão interessante onde as forças políticas do Concelho puderam falar livremente e foi abrilhantado com a atuação do coro da Academia de Musica de Castelo de Paiva. Foram recordados dois políticos, Mário Soares e Sá Carneiro, mas punha mais dois, Álvaro Cunhal e Freitas do Amaral, que apesar de terem ideologias diferentes, contribuíram de uma forma ou de outra na consolidação da democracia. O Sr. Presidente da CM falou nos avós dos dias de hoje e se esta questão for enquadrada no contexto da Revolução de Abril, verificava que tinha uma importância extraordinária. Os avós de hoje foram os jovens que na altura vinham lutar para a rua pelos seus ideais e tinham 15, 16, ou 20 anos e que hoje tomavam conta dos seus netos, muitos deles ajudavam os filhos financeiramente. O 25 de Abril não devia ser esquecido e deveria ser remetido aos avós de amanhã os ideais e os objetivos da revolução, a luta que tiveram de travar para melhores condições de vida e de uma sociedade mais justa e solidária. Se fosse possível para o ano enquadrar nas comemorações do 25 de Abril, realizando um debate público alargado sobre o tema, com as forças políticas do Concelho e que o público pudesse intervir e que os mais velhos pudessem contribuir com a sua experiência de vida. Quanto ao tecido empresarial de Castelo de Paiva, no final do ano transato o Executivo Municipal fez uma ronda pelas empresas do Concelho para sentir o pulsar da atividade industrial do Concelho. Esteve presente porque tinha interesse em saber que tipo de indústrias e que equipamentos instalados havia no Concelho. Na amostra das empresas visitadas constatou que tinham uma indústria bastante diversificada e foi com agrado que viu que havia mão-de-obra especializada e alta tecnologia ao serviço de algumas empresas. Os empresários colocaram algumas preocupações, que foram registadas. Uma das preocupações foi a dificuldade das comunicações. A ligação à A32 estava bem encaminhada, mas faltava a auto estrada das comunicações que era a fibra ótica, tão reclamada

pelos empresários. Questionou o Sr. Presidente da CM se já tinham sido feito algumas démarches para resolver este assunto que era importantíssimo para as empresas. Só por curiosidade, a empresa mais antiga a laborar em Castelo de Paiva era a Fábrica de papel e cartão, da Foz da Ribeira, em Folgoso, que segundo registos já laborava em meados do século XIX, em 1830 ou 1840. Atualmente faziam cartão, com umas características mecânicas excecionais e faziam inveja a fabricantes portugueses e espanhóis.

José Manuel, representante do Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, referiu que agradecia à CM pela logística que foi fornecida à Feira do Vinho e Petiscos de Bairros, e agradeceu a presença do Executivo e de todos os Presidentes das juntas de freguesia que estiveram presentes. Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Real pela organização da Feira de Vinho de Real. Deu os parabéns à Comissão que deu início aos Jogos Desportivos do 25 de Abril há 30 anos. Deu os parabéns à Mesa da AM pela organização das comemorações do 25 de Abril. Questionou o Sr. Presidente da CM, para quando estava prevista a requalificação da Rua Ferreira de Castro, uma vez que o pavimento estava degradado.

Rocha Pereira referiu que na última AM tinha feito uma abordagem relativamente à importância dos atributos dos candidatos às eleições autárquicas. Gostava de partilhar três questões que se afiguravam importantes para o futuro do Concelho. O que é que os partidos que apresentavam as candidaturas pensavam em relação à problemática do edifício Marmoiral. Este edifício era algo que incomodava a todos por razões diversas e que constituía um problema que mais tarde ou mais cedo terá de ser revolido. Oxalá não acontecesse em Castelo de Paiva aquilo que aconteceu com o Prédio Coutinho, em Viana do Castelo. Era importante que os paivenses soubessem o que é que os Partidos que se iam apresentar a sufrágio pensavam em relação a este problema. Outra questão que merecia a sua reflexão tinha a ver com o enquadramento do Concelho. Este assunto já foi discutido na AM, mas não com profundidade. Perguntou se não seria tempo dos partidos candidatos concorrentes às eleições de 1 de Outubro incluírem e discutirem com profundidade e seriedade o que devia ser o futuro em termos de concelho quanto ao seu enquadramento. Fazíamos parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e perguntava que afinidade tinha Castelo de Paiva com concelhos como Resende ou Celorico de Basto. Mas o mapa daquilo que era a área metropolitana do Porto também os devia inquietar. Porque dos 19 municípios do distrito de Aveiro, havia 6 que faziam parte da área metropolitana do Porto, como era o caso de Espinho, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca. Era importante que discutissem no local e no tempo próprio, que era nas campanhas eleitorais. O que é que o partido A ou o partido B tencionava fazer, caso fosse para o Poder, em termos de futuro do



## MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho. Esta questão deveria ser abordada e não havia razão para dizerem que eram do distrito de Aveiro. Perguntou por que razão é que Paredes deixou de fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Era um debate útil e deveria ser feito. Há dias fez um levantamento político de há décadas e encontrou uma publicação da CM de Castelo de Paiva de 1986 e 1987, de há 30 anos. Era de uma qualidade extraordinária, e era bilingue, estava escrito em português e inglês, era Presidente na altura Antero Gaspar. Se pegassem naquela publicação e olhassem para trás de forma desapaixonada sobre aquilo que era a realidade do Concelho naquele tempo e aquilo que eram em 2017, iriam retirar muitos e bons ensinamentos. Os temas que eram versados naquela publicação, já naquele tempo, tinham a preocupação de abordar a temática dos monumentos do Concelho, lendas e folclore, arqueologia, festas e romarias, artesanato, rios, pesca, agricultura, vinho, gastronomia, atividade económica comércio e indústria. Tinha sido uma aposta clara no sentido de divulgar Castelo de Paiva mas também dar um sinal do que seria o futuro. Na sua opinião era a aposta no turismo. Se fossem questionar o Presidente da CM da altura e os que lhe sucederam, se estavam satisfeitos com o trabalho que desenvolveram, eles diriam que sim, porque deram o seu melhor em prol do Concelho. Mas se fossem confrontar com o que tinham, concluíam que, não obstante todo o esforço, todo o empenho e toda a dedicação, 30 anos volvidos, ainda tinham muito caminho para percorrer. Deveria ser um ensinamento para todos, sobretudo no período que se aproximava de uma campanha eleitoral. Achava que não se deveria iludir os paivenses com programas extremamente desenvolvidos ou megalómanos, porque havia questões práticas e concretas para salvaguardar o futuro. Gostava de saber, o que é que em concreto cada partido pensava relativamente à problemática do turismo. Era importante que dissessem em que termos concretos aquela aposta ia ser feita. Era preciso inovar, diversificar, apostar na qualidade. Questionou o Sr. Presidente da CM se era possível republicar aquela publicação, mas atualizada. Não se deveriam esquecer que, 30 anos volvidos, as ótimas intenções da altura, poucas infelizmente, foram concretizadas. Aquilo que em 2017 vai ser dito e entretanto vai ser feito, daqui a 30 anos o que é que os vindouros poderiam apurar em termos de balanço do que foi feito? Tinham de fazer mais nos próximos 30 anos, muito mais do que foi feito para trás, para que pudesse ser um concelho de facto com cada vez mais sucesso, com mais êxito, onde valesse a pena viver.

Presidente da AM referiu que se poderia considerar o voto de apreço proposto pela Membro Alcina Correia, como manifestação de apreço da AM pela atividade desenvolvida pela Escola Secundária em Castelo de Paiva, na Semana da Leitura. Tinha estado presente e viu lá momentos de arte e cultura que eram de louvar e enchia de esperança quanto ao futuro. Quanto ao Almiro Moreira, no caso de solicitar informações à CM deveria fazê-lo através da Mesa.

Almiro Moreira referiu que tinha reiterado o pedido e mantinha-o, estava à espera de resposta e entretanto interpôs novas respostas.

Presidente da AM referiu que como estavam próximos do 1º. de Maio, propôs à AM que fosse aprovado um voto de solidariedade para com todos os trabalhadores, especialmente os trabalhadores de Castelo de Paiva que trabalhavam no Concelho e noutras regiões do País, e os que trabalhavam como imigrantes noutras partes do Mundo. Solicitou que se envolvesse neste reconhecimento todas aquelas lutas operárias, que foram contribuindo para melhorar as condições de trabalho para a dignificação de quem trabalhava e para o próprio nascimento do direito ao trabalho.

Colocado à votação, a AM deliberou por unanimidade aprovar o voto de solidariedade do 1º. de Maio, que será enviado para as organizações sindicais dos distritos de Aveiro e Porto.

Presidente da CM referiu que felicitava a Semana da Leitura no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva. Sobre a questão do abate de árvores no Choupal, os terrenos ainda não são pertença do Município e ainda estão na esfera do direito privado. Quanto à questão do Almiro Moreira, e sobre a cerimónia do 25 de Abril, também felicitava a Mesa e o Sr. Presidente da AM pela realização daquela cerimónia. Sobre a questão do Regulamento de Trânsito, julgava que a comunicação já tinha sido remetida para o membro da AM. Os regulamentos eram sempre para cumprir, respeitando aquilo que eram as regras de relacionamento e respeito institucional. Sobre as questões suscitadas pelo Membro Fernando Alves, deu nota que a Academia de Música tinha desenvolvido um trabalho excecional ao longo de quase 30 anos. Era uma instituição de grande importância para o Município e para a região. Era um grande orgulho e uma grande honra, merecia o melhor reconhecimento e o maior júbilo. Sobre as visitas que foram feitas às empresas, foi uma iniciativa importante, não era a primeira vez que o faziam, porque entendiam que a proximidade que mantinham com aqueles que trabalhavam e dirigiam as empresas era uma relação importante para tentarem perceber as preocupações, as oportunidades que existiam e prestar o apoio que estava ao alcance da autarquia. Algumas oportunidades que tinham surgido de investimento também derivavam daquela proximidade que mantinha com o tecido empresarial. A grande preocupação prendia-se com o fornecimento de fibra ótica, mas não havia ainda linha de financiamento comunitário, mas estava a procurar quem tivesse aquela concessão e fizesse aquele investimento, mas junto com as operadoras estavam a tentar aquele melhoramento que era fundamental. Quanto à ligação à A32, tratava-se de um investimento estruturante para o Município, já desejada há muitos anos. Aquela ligação iria ajudar a alavancar muito investimento no concelho e ajudar as empresas que já laboravam, mas também irá captar novos investimentos. O financiamento daquela obra vai ser assegurado com fundos do



## MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento de Estado na ordem dos 17.700 milhões de euros. Sobre a questão da Rua Ferreira de Castro, era um investimento que estava previsto avançar, estava demorado porque estava integrado naquilo que era um processo de regeneração urbana e tinha financiamento comunitário. A obra em termos de processo concursal estava já em relatório final e iria rondar os 120 mil euros. Avançará também, a curto prazo, a obra junto ao Bairro Social da Vila e também na estrada da Raiva a Serradêlo, que rondará os 500 mil euros, com 85% assegurado de financiamento comunitário. Também estava com um conjunto de investimentos distribuídos em várias freguesias, e tinham investimentos que foram recentemente aprovados com financiamento assegurado, nomeadamente com os percursos pedestres, passadiço, com 85% num investimento próximo dos 500 mil euros. Tinham uma estratégia delineada, as coisas vão acontecendo com a tramitação e havia investimentos que demoravam o seu tempo. Os passadiços do Paiva demoraram 10 anos a serem implementados. Sobre as questões colocadas pelo Membro Rocha Pereira e relativamente ao edifício do Marmoiral, tinha uma história infeliz, não só por aquilo que lá estava e que a todos envergonhava, mas sobretudo porque prejudicou alguns paivenses inocentes, deitando por terra alguns postos de trabalho. Procuravam soluções para tentarem resolver aquele problema grave. Infelizmente não era só aquele caso, também havia outro junto aos Carris. Eram duas situações que nunca deviam acontecer no urbanismo, porque deixavam uma marca triste e que a todos envergonhava. Estavam a trabalhar com o Banco, a procurar soluções para resolver aquele problema que prejudicava as pessoas e era um mau cartão de visita de Castelo de Paiva. O licenciamento não passava por aquilo que lá estava, mas esperava ter solução para aquele problema sem prejuízo para o Município. Sobre a questão do enquadramento do Município, sempre foi a favor da regionalização, mas como todos sabiam o Governo do PSD definiu a organização administrativa no País, feita por decreto, e os municípios nem tiveram oportunidade de se pronunciarem. Foram integrados nas Comunidades Urbanas e depois transitaram para aquelas estruturas intermédias que faziam o trabalho que era possível numa escala intermunicipal. Era evidente que era uma região que tinha algumas semelhanças entre alguns municípios, outros serão um pouco diferentes. Aqui há alguns anos levantou-se a questão de Castelo de Paiva pertencer à área metropolitana do Porto, mas não foi trabalhada nem tratada em tempo oportuno, como deveria ter sido feito e ficaram de fora. Atualmente estavam com um problema da tal baixa densidade, que tinha um responsável- o PSD- que colocou o Município de Castelo de Paiva na baixa densidade. Mas tinha a garantia do Governo que a partir de Julho aquela realidade iria alterar-se de forma a termos uma diferenciação positiva em relação aquela matéria. Não tinha dúvidas que o posicionamento do município na área metropolitana do Porto era muito mais ajustado. Já foi colocada esta questão ao Ministro e ao Secretário de Estado das Autarquias Locais, porque entendia que aquele era o melhor posicionamento.

Não tinha nada contra a Comunidade Intermunicipal, porque tinham feito um trabalho interessante e colocado objetivos em prática para o território. Sobre as questões estratégicas desenvolvidas pelo Membro Rocha Pereira, parecia-lhe que era um tempo bom, sob o ponto de vista do debate, do pensamento estratégico e a par daquela publicação e de outras que tinha o gosto de ler e apreciar, tinha presente que a memória não podia ser apagada. Quando se falava da Variante, deveriam lembrar que foi um objetivo estratégico lançado nos anos 90, fora do alcance de um município como Castelo de Paiva, mas o certo é que o Presidente Antero Gaspar teve a audácia e conseguiu mobilizar o concelho naquele grande projeto. Do ponto de vista turístico, estavam a fazer um trabalho interessante, ajustado e quando estiver concretizado vai trazer frutos importantes para o Município, para a atividade económica e alavancar o Concelho. Com a ligação da variante Castelo de Paiva vai dar um salto qualitativo extremamente forte.

Almiro Moreira referiu que o Sr. Presidente tinha feito referência aos territórios de baixa densidade, e que todos se lembravam na altura, os municípios que faziam parte dos territórios de baixa densidade. Foi uma proposta da ANMP ao Governo que aceitou na totalidade. Quando o Sr. Presidente disse que a culpa de Castelo de Paiva não ser território de baixa densidade era do Governo do PSD, não podia ser mais mentira. Castelo de Paiva não era território de baixa densidade, porque o Sr. Presidente da CM foi negligente. Tinham participado na Comissão que criou o projeto para os territórios de baixa densidade, 164 municípios. O Município de Castelo de Paiva teve a oportunidade para se pronunciar e de fazer parte daquela comissão, mas nada disse à ANMP, não defendeu, nos locais próprios, os interesses de Castelo de Paiva. Naquela altura a AM solicitou que fosse elaborado um documento para apresentar à CM para ajudar a reverter aquele processo, mas o Sr. Presidente da CM ignorou por completo e nada fez com aquele documento. Era abusivo da parte do Sr. Presidente da CM, quando Castelo de Paiva não era território de baixa densidade por culpa do Presidente da CM, dizer que a culpa era do Governo do PSD.

Presidente da CM esclareceu que quem governava o País era o Governo não era a ANMP. Se o Governo não teve a coragem de assumir aquela responsabilidade, de fazer aquela reforma ou implementar aquela medida, Castelo de Paiva não tinha culpa disso. Castelo de Paiva não tinha culpa que o Governo da altura tivesse ostracizado, prejudicado os serviços públicos e imensas famílias, tivesse feito ouvidos de mercador daquilo que foram as preocupações manifestadas ao Secretário de Estado de então que tinha aquela responsabilidade. Não se podiam esconder atrás da ANMP que discutiu critérios que prejudicaram claramente o Município que os contestou. Quem colocou Castelo de Paiva na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa foi o Sr. Secretário de Estado Dr. Miguel Relvas. Neste caso, tudo foi feito e ainda estavam a fazer com o novo Governo.





## **MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Em Julho esperava que o processo de revisão fosse feito, a exemplo daquilo que se pretendia que acontecesse nas áreas metropolitanas e nas configurações.

Presidente da AM deu nota das atividades desenvolvidas pela AM. Esteve presente na Assembleia da CIM-TS Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Deu nota que foi criada uma Associação Nacional de Assembleias Municipais. Tinha muitas dúvidas quanto a esta Associação e ia recolher mais alguma informação. Participou em nome da AM, na receção ao Sr. Presidente da República a Castelo de Paiva, na Prova de Vinhos de Bairros; no Centro de Informação Autárquica ao Consumidor; na cerimónia do 25 de Abril; na inauguração das oficinas inclusivas da APPACDM de Castelo de Paiva; Abertura do Festival da Lampreia no Cais de Sardoura; Na semana da Leitura; Na Comissão de Saúde esteve a 1ª. Secretária. Por último deu nota do Colóquio Internacional do Poder Local Democrático organizado pela ANMP e Universidade de Coimbra.

#### **4. INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.**

Presente o ofício 6546 de 12.04.2017, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 12 de abril de 2017, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 871.882,72€ (oitocentos e setenta e um mil oitocentos e oitenta e dois euros e setenta e dois cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 12.04.2017, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor 894.071,55€ (oitocentos e noventa e quatro mil setenta e um euros e cinquenta e cincocêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta ata.

Filipe Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, referiu que aquele documento deveria ser rigoroso e ter informação correta, alertava que quanto ao Caminho da Ribeira de Fora, Gião e Talas, ainda não estavam feitos e na informação da atividade da CM já estava como uma empreitada já feita. Não lhe parecia muito bem porque era um documento incorreto. Quanto ao Caminho de Triguinho Mau não deveria constar construção de muro, mas sim continuação de construção de muro. Quanto aos arranjos, nomeadamente na reposição de calçadas, tinha recebido algumas reclamações de anomalias de fugas de água e que a Junta enviava emails a dar nota daquelas situações anómalas que existiam.

Rocha Pereira referiu que na informação constava uma reunião de trabalho com o Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, assim como uma participação da visita a Castelo de Paiva da comitiva de operadores turísticos e agentes de viagem da Galiza – Espanha, Festival da Lampreia, Cerimónia da abertura da XV Prova de Vinhos e Petiscos de Bairros e Sobrado, assim como também a de Real, carnaval, representação do Município na XXIX

Edição da Bolsa de Turismo de Lisboa e a presença do Município na campanha promocional do Tâmega e Sousa, Enogastronómico. Que eram iniciativas que foram desencadeadas no âmbito do turismo, mas o Presidente da CM, os Vereadores, os assessores não eram especialistas na área do turismo, e que apenas havia uma pessoa no Quadro do Pessoal com aquelas atribuições. Questionou, se a CM tinha alguma parceria ou protocolo no sentido de recomendar, ajudar, colaborar com a CM no desenvolvimento daquelas iniciativas, entidades públicas ou privadas? A nível interno da CM tinham algum departamento onde existia um planeamento ou uma coordenação de ações desenvolvidas na área do Turismo? Havia algum departamento específico para aquele efeito? Dada a experiência entendia que a aposta no futuro deveria ser no sentido de uma melhor, maior, mais eficaz organização interna do Município de modo a que melhor se planificasse uma intervenção na área do Turismo? Tinham uma estrutura interna suficiente? Era preciso melhorá-la, desenvolvê-la, dar-lhe mais qualidade?

Presidente da CM esclareceu que, sobre a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, quanto às empreitadas tratava-se daquelas que já estavam concretizadas e contratualizadas mesmo que ainda não tivesse a execução física da obra, mas estava feito o procedimento e o compromisso, mas o importante era a realização da obra. Quanto à questão das calçadas e das reparações de águas, os serviços acompanhavam os trabalhos de perto. Quanto à intervenção de Rocha Pereira, destacava o ênfase que estava a dar à questão turística e de tudo o que aquilo implicava. Havia necessidade de aumentar aquela estrutura por força das inúmeras iniciativas que estavam a desenvolver. Que estava em curso uma candidatura às ações coletivas que estavam a ser desenvolvidas pela ADRIMAG e que Castelo de Paiva era o grande beneficiário de 500 mil euros e que sobretudo valorizava as grandes marcas que o Concelho tinha. Havia, de facto, um trabalho desenvolvido por inúmeras pessoas da CM e mesmo não tendo a formação turística iam colecionando conhecimento que procuravam junto das entidades, como a entidade Turismo Porto e Norte. A reunião que tiveram no Turismo de Portugal debruçou-se sobretudo naquilo que eram as linhas de financiamento e de apoio de natureza turística. Havia alguns investimentos muito importantes, por exemplo, a questão do Património onde havia questões prioritárias como era o caso da Casa da Boavista. O projeto para revitalizar aquela edificação estava a ser desenvolvido apesar de ainda não terem um eixo de financiamento. Entretanto foi feito um investimento na Capela que estava muito degradada e a Rota do Românico assumiu aquela responsabilidade. Havia vários investimentos em Sardoura, em Midões e que o Choupal brevemente iria ser intervencionado. Outro invento que iria arrancar era a Bienal da Cultura. Estava previsto fazer-se uma recriação da Entrega do Foral, com o apoio do ator António Capelo, com a realização de um teatro ao ar livre, na Vila



## MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Castelo de Paiva. Para o ano seguinte será realizado a Bienal do Desporto que também era uma iniciativa extraordinária e que podia trazer os profissionais do desporto de aventura, dedicadas à área do turismo. Quando o Choupal estiver revitalizado e requalificado será uma grande porta para o Douro Verde. Brevemente iriam ter uma iniciativa com a APDL, que estava a fazer um excelente trabalho, e felicitou a Dr.<sup>a</sup>. Raquel Maia que estava a preparar um conjunto de intervenientes para conhecerem os produtos de Castelo de Paiva e isto poderia ser uma aposta feita na captação de gente e operadores turísticos para a região. Castelo de Paiva poderá ser o Município de referência do Douro Verde. Isto demorava o seu tempo mas acreditava que num futuro bem próximo teriam condições e outros motivos de grande interesse no Município.

Verificou-se a presença do Membro Ricardo Jorge Martins Alves.

### **5. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2016.**

Presente a Prestação de Contas do Ano de 2016, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM referiu que a prestação de contas revelava que a grande dependência continuava a ser das transferências do Estado, porque as receitas próprias eram escassas e curtas. Que tiveram um orçamento de 20.986.000,00€ e executaram cerca de 9.190.000,00€ em termos de receita, em termos de despesa tiveram um orçamento de 20.986.000,00€ e executaram 9.330.000,00€. Que ali estava refletido o empréstimo que contraíram junto do Crédito Agrícola e o Orçamento efetivo era de 14.370.000,00€. Que tinham um grau de execução de 63,95% na receita e na despesa de um grau de execução de 64,93%. Que em termos de consumo de recursos estava associado às funções sociais que ocupava 61% e só ao nível da educação tinham 34%. Nas funções económicas tinham 18% e nos outros cerca de 17%, o que retratava basicamente as despesas que eram feitas ao longo do último ano. Em termos de investimentos tinham o montante de 1.152.000,00€ e tiveram alguns dados relevantes com o serviço da dívida, em que tinham alocado cerca de 1.500.000,00€, mas conseguiram reduzir a dívida do Município, para a casa dos 8.000.000,00€. Ao nível dos juros tiveram um gasto na ordem dos 103.000,00€ o que denotava uma diminuição do serviço da dívida por força da regeneração que fizeram do PSFA, que tinham conseguido cumprir o prazo médio de pagamento. Os objetivos mantinham-se inalteráveis quanto ao cumprimento dos objetivos para a parte financeira do Município.

Almiro Moreira referiu que estavam a analisar dois documentos, não só a prestação de contas, mas também o Relatório do PSF de 2016. Quanto ao Relatório do PSF de 2016, os resultados operacionais eram abaixo do estimado, os resultados líquidos abaixo do projetado, saldos de gerência 893.000,00€ era metade do previsto no PSF que era de 1,6 milhões de euros era menor desde a

entrada em vigor do programa. Citando o documento "...saliente-se que não foi conseguido o equilíbrio orçamental corrente nos termos do artº. 40º. Da Lei 73 no final de 2016...", ou seja, as receitas de 2016 não foram suficientes para cobrir todas as despesas. Fundo de maneo mais baixo desde a entrada em execução deste PSF, 274.000,00€ o que poderá indicar problemas de liquidez, porque tinham menos 1,1 milhão de euros do que o previsto no PSF que era de 1,4 milhão de euros. O prazo médio de pagamento mais que duplicou, era mais do que o dobro do que estava previsto no PSF, e estavam acima dos 60 dias, que a lei previa e por isso estavam na lista negra da DGAL, porque estavam com 64 dias. Se fossem à lista da DGAL estava lá Castelo de Paiva nos municípios incumpridores. O Sr. Presidente da CM tinha dito que tinham uma dívida de 8 milhões de euros, mas na página 16 todos podiam ler que a dívida total a terceiros era de 9.834.773,00€, havia uma diferença de 1.800.000,00€. Havia uma questão preocupante nas contas, porque dizia que a dívida total a terceiros era de 9.834.773,00€, mas noutra página do mesmo relatório dizia que a dívida a longo prazo era de 8.041.250,00€ e as de curto prazo 1.895.577,00€. Se somassem aquelas duas parcelas não dava 9.834.773,00€ como seria suposto dar. Havia uma diferença de 102.254,00€ que ao longo de todo o relatório não se conseguia perceber o porquê. Se reparassem no documento das demonstrações financeiras, o valor do imobilizado, o valor bruto do Bairro da Quinta do Pinheiro era exatamente igual ao valor bruto do edificio do hospital de Oliveira do Arda. 124.699,47€, não sabia quem tinha avaliado aqueles dois edificios, mas tinham o mesmo valor ao cêntimo, parecia-lhe estranho. Relativamente ao documento do relatório de gestão, referia que as contas tinham sido certificadas por um ROC, mas numas páginas mais à frente onde dizia as receitas executadas, 9.190.000,00€, coincidia com as receitas executadas que o ROC certificou, mas no que dizia respeito às despesas no relatório de gestão certificado pelo ROC dizia que tinham de despesa executada 9.330.552,00€, mas o ROC no documento de duas páginas (draft) as despesas eram de 9.341.666,86€. Entre o valor que o ROC certificava e o valor que apresentavam, havia uma diferença de 11.000,00€. Questionou se havia alguma coisa escondida. Porque é que um relatório apresentava uma diferença em relação a outro? Gostava de saber se aquele relatório final tinha sido apreciado pelo ROC. Porque o que era certo e o que o ROC tinha certificado não era o que estava nas contas que foram apresentados. Havia uma rubrica, de outras receitas de capital orçamentadas em 3,7 milhões de euros, mas foram cobradas 4.690,00€, isto dava a espetacular execução de 0,13%, mas ainda mais curioso, na página 11 dizia "...anote-se que um dos motivos para que as receitas de capital estejam abaixo dos 85% foi o atraso do recebimento das verbas QREN, relativo a projetos cofinanciados já executados e pagos pelo Município...". O que queria dizer que o Sr. Presidente da CM tinha orçamentado 3,7 milhões e isto foi abaixo de 85% ou seja 3,1 milhões de euros, porque não tinha recebido verbas da QREN que já



**MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

foram pagos pelo Município. O que queria dizer que havia 3,1 milhões de euros que eram devidas pelo Governo. Aquele relatório mostrava a ineficácia das políticas exercidas e praticadas naquele executivo. Referiram no relatório que a diminuição do investimento privado tinha como consequência direta a diminuição da receita. Não diria que era só isso, a diminuição do investimento privado que o executivo não conseguia captar não só não tinha diminuição na receita, como também na falta de criação de emprego, na fixação de pessoas em tudo o que um município pretendia para ser desenvolvido. Aquele PSF referia e o Relatório de Gestão também confirmava, mais um saldo orçamental negativo. Em 2016, o saldo orçamental negativo cifrava-se na ordem dos 150.000,00€ e, em 2015, foi de 734.000,00€. As receitas tinha sido inferiores as despesas. Aquele relatório referia que o município devia, como não tinham cumprido a Lei, compensar em 2017 a diferença do saldo orçamental negativo de 150.000,00€, mas já o relatório de 2015 dizia que em 2016 devia compensar o saldo negativo de 736.000,00€, ou seja já tinham dois anos seguidos de saldo orçamental negativo. Era preocupante o aumento da dívida a fornecedores a 31 de Dezembro de 2016, que era de 1,7 milhão de euros. Havia divergências nas explicações entre os valores apresentados, entre os vários relatórios, que faziam crer que as contas não foram tratadas de forma detalhadamente necessária para terem a sua aprovação. Mais um saldo orçamental negativo, o aumento das rubricas de pareceres e estudos em mais de 200.000,00€, a diminuição do investimento privado, a diminuição do número de licenças que foram concedidas, o que demonstrava a falta de capacidade para atrair pessoas para construir em Castelo de Paiva, o incumprimento do prazo médio de pagamentos, o aumento da dívida a terceiros, eram razões mais que suficientes para não aprovarem aquela gestão e aquelas contas.

Rocha Pereira referiu que havia muito pouco a dizer relativamente a esta matéria. O Grupo Municipal do PS subscrevia a explanação e a fundamentação que foi feita pelo Presidente da CM e que não ia fazer considerações de natureza técnica relativamente à douda intervenção produzida pelo colega antecedente. Importava que todos tivessem memória e tivessem presente a situação em que o Município se encontrava não há muitos anos. Pensavam que importava sublinhar o esforço que tinha sido feito, de modo gradual no bom sentido, que visava implementar o rigor e o equilíbrio das contas, transformar o Município numa pessoa pública de bem. Aquele esforço era uma realidade que só quem não queria ver podia ignorar. Perguntou qual era o passivo do Município há 7 anos atrás. Longe ia o tempo em que havia um corupcio de empreiteiros a bater diariamente à porta do Município. Longe ia o tempo em que o passivo do Município para as coletividades era relevantíssimo. Não tinha dúvidas das razões que os iam levar a votar a favor aqueles documentos. Questionou o Sr. presidente da CM se efetivamente o Município não tivesse de enfrentar os

encargos bancários resultantes do passivo herdado, o que é que não teria sido possível fazer em prol do Concelho.

Vereador José Manuel Carvalho referiu que quanto à intervenção de Rocha Pereira refletia o que tinha sido o esforço que o Executivo tinha desenvolvido nos últimos 7 anos para transformar a CM numa pessoa de bem. A bancada do PSD fez um conjunto de considerações técnicas, usando terminologias que eram intencionalmente desviantes do que era a realidade. Quanto aos saldos orçamentais, falando do equilíbrio orçamental e do incumprimento que estava refletido no relatório, convinha clarificar como é que se chegava ao saldo e equilíbrio orçamental. Não era uma dedução de aritmética simples entre aquilo que eram as receitas correntes e as despesas correntes, porque o que estava refletido no relatório provava que a receita corrente era claramente superior à despesa corrente. Contudo o equilíbrio orçamental obrigava a que se fizesse o cálculo do saldo orçamental tendo em conta não só aquilo que era a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente cobrada, mas também acrescer as amortizações médias e os empréstimos de médio e longo prazo. Se entrassem nas questões mais técnicas, então deveriam saudar aquilo que era o saldo global ou efetivo da Prestação de Contas. Conforme se podia verificar no Relatório de Gestão o saldo global ou efetivo de 2016 era de 1.400.000,00€, o que significava que se tirassem daquela Prestação de Contas aquilo que era o serviço da dívida, teriam um saldo global claramente positivo. Quanto à questão colocada pelo Membro Rocha Pereira, depois de 7 anos e depois de amortizarem mais de metade daquilo que era a dívida do Município, continuava o Executivo a fazer um esforço anual de garantir uma receita para cumprir o serviço de dívida e em relação ao ano de 2016 foi superior a 1,5 milhões de euros, e não era só em 2016 era desde que o Executivo entrou em funções, ano após ano tinham de somar milhões que eram entregues à banca para cumprir o serviço da dívida que o Executivo herdou e que poderiam estar a ser investidos no Município. Quanto ao prazo médio de pagamento, não sabia se era anedótico ou provocação, porque quando entraram no Município era superior a 500 dias, quase dois anos. Se fossem ver as fichas publicadas na DGAL desde 2010 iriam perceber que o Município saiu da lista negra, de um conjunto de fatores que estavam em incumprimento e a situação atualmente era claramente diferente. Não havia filas de empreiteiros nem de associações à porta da CM a reclamar os seus créditos, porque felizmente a CM era uma pessoa de bem e cumpridora. Se existiu maior ou menor investimento no ano de 2016, dependeu claramente daquilo que foi o esforço para pagar à banca e do atraso na abertura do no Quadro Comunitário e a possibilidade de investimento. Todo o investimento que foi feito, e foi muito, só podia ter sido conseguido porque houve um grande esforço, rigor e capacidade de gestão do Executivo.



**MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Presidente da CM esclareceu que nem sempre era possível ter investimentos necessários, terem que cumprir com todas as associações, apoiar todos os eventos, cumprir com todos aqueles que forneciam a CM, que tivessem um conjunto tão vasto de medidas como o cheque farmácia no valor de 26.621,00€, incentivo à natalidade 23.000,00€, transporte solidário 29.250,00€, rendas apoiadas 7.530,00€, loja social 13.502,00€, bolsas escolares 8.100,00€, manuais escolares 36.902,00€, fruta escolar 19.082,00€ e lanche escolar 12.528,00€. Que tinham um valor total de 176.523,00€, mas apoiaram as famílias com aquelas medidas. Tinham os apoios às coletividades que consumiram em 2016 180.000,00€. Havia um esforço muito grande do Município e o valor que entregaram à banca foi de quase 1,5 milhão de euros. A CM era uma casa de bem, cumpridora e tinha as contas em dia. Tinham decisões de processos de Tribunal que obrigavam a pagar nos próximos 12 meses cerca de 300 a 400 mil euros. Ao fim de mais de 15 anos, a CM conseguiu recuperar a capacidade de endividamento para fazer investimento. Tinha-se condições de satisfazer as preocupações e reivindicações das juntas de Freguesia, devia-se ao esforço feito ao longo dos últimos anos. Senão tivessem a capacidade de endividamento não poderiam satisfazer as pretensões das populações. Gostaria de ter outras contas sem o garrote dos últimos anos, porque seguramente teria outra liberdade para poder sonhar ainda mais alto com outros desafios para o Concelho.

Almiro Moreira referiu que fez algumas perguntas, mas não teve uma única resposta. Queriam apagar o facto de que o que o ROC dizia era uma coisa e o que estava no relatório era outra. Para o Executivo não era importante que as contas batessem certo, entre o que estava no relatório de gestão e aquilo que era o que o ROC certificava. Relativamente ao prazo médio de pagamento, já sabia que iam falar dos 515 dias, mas também podiam falar da dívida que havia em 1998. Estava publicado na lista da DGAL os Municípios que não cumpriam o que estava estipulado na Lei. Registava que não tinha recebido qualquer resposta e preocupava-o não terem preocupação quanto aos detalhes.

José Rocha referiu que prestar contas era também a altura de fazerem um balanço de 2016, para si e para a sua bancada, não podia ser mais negativo. O ano tinha começado com um aumento em alguns casos de 400€/mês na despesa com serviços prestados. Um ano em que assistiam mais uma vez, a andarem para trás, enquanto concelhos como Arouca e Gondomar viram as suas praias fluviais serem reconhecidas e classificadas como de excelência, Castelo de Paiva continuava a não ter nenhuma, apesar de terem 4 rios. Ano em que se tinha tornado público o Relatório da IGF, comprovando as notícias dadas pela imprensa e que citavam que o Relatório era grave. O Plano de Urbanismo traduzia-se em vantagem para particulares, nomeadamente para a FIALPA. A venda de um terreno traduziu-se num prejuízo para o Município de 183.000,00€. Um ano em que, segundo o Relatório de Gestão, houve uma diminuição do

investimento privado o que demonstrava a falta de capacidade do Executivo em atrair investimento privado para o Concelho para dar melhor qualidade devida aos paivenses. Um ano que ficou provado a falta de visão rumo e estratégia do Executivo, exemplo disso a maqueta da Zona Industrial da Cruz da Carreira que já devia estar no lixo. Um ano em que alegadamente um vereador falsificou um documento oficial e o Presidente da CM apenas bateu com a mão o peito. Um ano em que o Presidente da CM se revelou igual a outros que tanto criticou. Mal teve oportunidade pediu um empréstimo para pagar obra já executada. Um ano em que as reivindicações públicas para Castelo de Paiva deram lugar à partidarite e ao esquecimento das necessidades dos paivenses. Um ano a não repetir e a reprovar. Desta forma estarão cada vez mais afastados e atrasados em relação aos municípios que colocavam o desenvolvimento à frente do populismo e da propaganda.

Presidente da CM referiu que a estrada fazia-se caminhando, acreditando naquilo que era o melhor para os paivenses e sobretudo terem uma instituição que fosse cumpridora e uma casa de bem. As contas eram certificadas e se havia alguma desconformidade, naturalmente o revisor e os serviços terão que aderir se aconteceu algum aspeto que esteja por confirmar. Com muita dificuldade tinham as contas em ordem. Cumpriam com todos os que se relacionavam e atingiram objetivos impensáveis. Era motivo de grande orgulho para todos que Castelo de Paiva estava a ter boas e excelentes oportunidades para fazer grandes e importantes investimentos, era pena não terem condições para fazerem muito mais, porque as oportunidades existiriam se tivessem outra capacidade de financiamento. Que acreditava convictamente no trajeto e no percurso que estavam a fazer, não se iam desviar com questões acessórias, não iam fazer perseguições a nomes de pessoas e instituições que tinham o direito de viver no Concelho e de fazer o trabalho que tinham de fazer nas suas vidas.

Colocado à votação, a AM deliberou por maioria, com 9 votos contra (PSD), 1 abstenção (PJF Sardoura) e 16 votos a favor (14 do PS, 1 independente, 1 Rep. UF Sobrado e Bairros), aprovar a Prestação de Contas do ano de 2016.

#### **6. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016. APRECIACÃO.**

Presente a listagem de compromissos plurianuais a 31 de Dezembro de 2016, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento.





**MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**7. CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE MERCADO LIVRE – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA.**

Retirado este ponto por falta de elementos.

**8. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 23.35h, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Aprovada na sessão de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ por \_\_\_\_\_

Com \_\_\_\_ votos a favor, \_\_\_\_ abstenções e \_\_\_\_ votos contra

